



Escola Nacional de Administração Pública

CIRO JÔNATAS DE SOUZA OLIVEIRA

**PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL  
INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL**

BRASÍLIA

2022



Escola Nacional de Administração Pública

CIRO JÔNATAS DE SOUZA OLIVEIRA

**PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL  
INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Ciência de Dados aplicada a Políticas Públicas da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Gontyjo do Couto

BRASÍLIA  
SETEMBRO DE 2022

## RESUMO

A presente pesquisa consistiu em analisar a relação do Programa Auxílio Brasil (PAB) com a inclusão de seus beneficiários no mercado de trabalho formal. Estudos indicam que os programas de transferência de renda são essenciais para combater a pobreza, em que pese a possibilidade de gerarem efeitos indesejáveis. Um deles é o incentivo à informalidade dos beneficiários que passam a evitar postos de trabalho formais para não perder o benefício devido ao aumento da renda familiar. Desse modo, a pesquisa teve por objetivo examinar o perfil dos beneficiários do PAB que estão inseridos no mercado formal de trabalho e compará-lo com aqueles que não estão. Por meio de consultas e cruzamentos de dados efetuados nas bases do PAB e do Cadastro Único, foram identificados os beneficiários que exercem algum trabalho formal. Em seguida, foram aplicados procedimentos de análise quantitativos e técnicas de estatística descritiva para relacionar as diferenças ou similaridades de características socioeconômicas entre os dois grupos. Os resultados obtidos mostram que as variações de média e proporção de algumas variáveis permitem traçar, de um lado, o perfil do público sem emprego, formado principalmente por mulheres pardas de 15 a 25 anos. Baixa renda e escolaridade, famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com a presença de filhos ou parentes e maior concentração na região Nordeste foram outras características observadas. Do outro lado, o perfil do público inserido no mercado de trabalho formal é constituído principalmente por mulheres pardas de 30 a 39 anos. As famílias com membros empregados apresentam melhores condições de renda e escolaridade, e sua maior concentração é na região Sudeste. Por fim, a pesquisa revelou dados que podem ser utilizados em pesquisas futuras ou avaliações de impacto da política pública assistencial, inclusive levantando possibilidades de focalização, tais como a situação de maior vulnerabilidade vivenciada pelas mulheres na inserção laboral, além de maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho na região Nordeste em comparação à região Centro-Sul do país.

**Palavras-chave:** Programa Auxílio Brasil. Programas de transferência de renda. Mercado de trabalho formal.

## ABSTRACT

The present research consisted in analyzing the relationship of the Programa Auxílio Brasil (PAB) with the inclusion of its beneficiaries in the formal labour market. Studies indicate that cash transfer programmes are essential to poverty reduction, despite the possibility of generating undesirable effects. One of them is the incentive to informality of the beneficiaries, who start to avoid the formal labour market in order not to lose the benefit due to the increase in family income. Thus, the research aimed to examine the profile of PAB beneficiaries who are inserted in the formal labour market and compare it with those who are not. The research ran SQL queries in the bases of PAB and Cadastro Único, to identify beneficiaries who works. Then, quantitative analysis procedures and descriptive statistics techniques were applied to relate differences or similarities in socioeconomic characteristics between the two groups. The results obtained show that the variations in the average and proportion of some variables allow us to trace, on the one hand, the profile of the unemployed population, formed mainly by brown women aged between 15 and 25 years. Low income and schooling, families headed by women without a spouse with the presence of children or relatives and greater concentration in the Northeast region were other characteristics observed. On the other hand, the profile of the public inserted in the formal labour market consists mainly of brown women aged between 30 and 39. Families with employed members have better income and schooling conditions, and their highest concentration is in the Southeast region. Finally, the research revealed data that can be used in future research or impact assessments of public assistance policy, including raising possibilities for targeting, such as the situation of greater vulnerability experienced by women in labour participation, in addition to greater difficulty in accessing the labour market in the Northeast region compared to the Center-South region of the country.

**Keywords:** Programa Auxílio Brasil. cash transfer programmes. Formal labour market.

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Pirâmide etária .....	22
Gráfico 2 - Raça/cor .....	24
Gráfico 3 - Analfabetismo .....	25
Gráfico 4 - Acesso à educação .....	26
Gráfico 5 - Nível escolar mais alto frequentado .....	26
Gráfico 6 - Renda familiar <i>per capita</i> .....	28
Gráfico 7 - Distribuição das famílias por faixa de renda <i>per capita</i> .....	29
Gráfico 8 - Quantidade de membros por família .....	30
Gráfico 9 - Região de residência da família .....	31
Gráfico 10 - Localidade de residência da família .....	32
Gráfico 11 - Material predominante das paredes do domicílio .....	33
Gráfico 12 - Acesso a água, esgotamento sanitário e energia elétrica .....	33
Gráfico 13 - Arranjos familiares .....	35
Gráfico 14 - Pessoas com emprego que vivem em famílias formadas por casais .....	36
Tabela 1 - Estatísticas de renda <i>per capita</i> e quantidade de membros por família .....	27



Escola Nacional de Administração Pública

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CECAD	Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
CGU	Controladoria-Geral da União
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PAB	Programa Auxílio Brasil
PBF	Programa Bolsa Família

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>10</b>
1.1 Origem da pobreza e os impactos dos programas de transferência de renda .....	10
1.2 Objetivos do PBF, seus efeitos positivos e seus efeitos indesejáveis .....	11
1.3 Relação do PBF com o “efeito-preguiça” .....	12
1.4 Efeitos do PBF sobre o mercado de trabalho formal e informal .....	13
1.5 Principais características sociodemográficas utilizadas para análise do perfil de beneficiários.....	16
1.6 Alterações introduzidas pelo Programa Auxílio Brasil.....	18
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>20</b>
<b>3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>22</b>
3.1 Idade e gênero .....	22
3.2 Raça e escolaridade .....	24
3.3 Renda <i>per capita</i> e número de membros da família.....	27
3.4 Localização.....	30
3.5 Características dos domicílios.....	32
3.6 Arranjos familiares.....	34
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>42</b>

## INTRODUÇÃO

O Programa Auxílio Brasil (PAB), que recentemente substituiu o Programa Bolsa Família (PBF) é o principal instrumento assistencial de transferência direta de renda do Brasil. Criado em 2004, a partir da unificação de outras iniciativas já existentes, o PBF - assim como o seu sucessor PAB - teve como principal objetivo beneficiar famílias em situação de pobreza, caracterizada por uma baixa renda familiar *per capita*.

Em que pese o caráter crítico do programa, que busca atingir indivíduos extremamente vulneráveis, é importante analisar os seus impactos enquanto política pública, inclusive sob o enfoque do papel do trabalho no favorecimento do bem-estar social e do desenvolvimento econômico.

Considerando que o trabalho é uma das principais formas de superar a pobreza, as desigualdades e a exclusão social, é desejável que os beneficiários do programa possam sair da situação de vulnerabilidade e atingir uma melhor qualidade de vida.

Com base nesse cenário, a presente pesquisa parte da seguinte pergunta-problema: o perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil que estão inseridos no mercado formal de trabalho é diferente do perfil dos beneficiários que não estão inseridos?

Sabe-se que pessoas que vivem em condições de pobreza possuem dificuldades de inserção no mercado de trabalho, principalmente em empregos formais. Assim, o acesso dos beneficiários do PAB ao mercado de trabalho formal é extremamente baixo.

Dessa forma, a hipótese adotada é de que o perfil socioeconômico dos beneficiários inseridos no mercado de trabalho formal é diferente do perfil dos demais beneficiários, tendo em vista que existem perfis de grupos mais vulneráveis que têm mais dificuldade em conseguir emprego.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é justamente examinar o perfil dos beneficiários do PAB que estão inseridos no mercado formal de trabalho. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) sistematizar a literatura que trata sobre o tema e os conceitos abordados;
- b) analisar as regras do Programa Auxílio Brasil e os valores limites de renda *per capita*;



- c) examinar as bases de dados do PAB e do Cadastro Único (CadÚnico) para definir os aspectos de recorte temporal do estudo;
- d) identificar os beneficiários do programa que estão inseridos no mercado formal de trabalho;
- e) relacionar características que possam diferenciar o perfil dos beneficiários do programa entre inseridos ou não no mercado formal de trabalho.

A relevância da pesquisa está na possibilidade de obter um melhor entendimento sobre a relação entre PAB e mercado de trabalho. Publicações nacionais e internacionais destacam os avanços do Brasil com políticas públicas que geraram efeitos positivos na realidade social do país, dentre elas o PBF.

Não há total consenso na literatura sobre os efeitos dos programas de transferência de renda. Enquanto algumas pesquisas apontam efeitos positivos na diminuição da pobreza, desigualdade e aumento do crescimento econômico, outras sustentam que há impactos negativos, sendo um deles a possibilidade de criar uma acomodação dos beneficiários e um desincentivo ao trabalho, com conseqüente incentivo à informalidade.

Dessa forma, a perspectiva da pesquisa é contribuir para o aprofundamento dos estudos que tratam sobre o tema do impacto dos programas de transferência de renda no mercado de trabalho. Além disso, traçar o perfil deste público pode gerar resultados práticos, já que os *insights* gerados pela pesquisa podem auxiliar nos esforços de aperfeiçoamento ou correção da principal política pública assistencial do Brasil.

Além disso, vale salientar que a criação do PAB é recente, realizada em novembro de 2021. O novo programa manteve a essência do anterior, mas trouxe algumas mudanças nos benefícios complementares e criou uma regra de emancipação, que permite que os beneficiários que tiveram aumento de renda ainda possam permanecer recebendo os benefícios temporariamente.

Com isso, os resultados da pesquisa também geram dados que podem auxiliar nos estudos comparativos das diferenças de impacto no mercado de trabalho entre os dois programas.

Por fim, poucos estudos foram realizados com amplo acesso às bases de dados dos programas e do CadÚnico. Na maior parte das vezes são utilizados dados amostrais do IBGE

ou dados públicos que não permitem identificar os indivíduos. Um dos diferenciais da pesquisa é a possibilidade de utilizar cada beneficiário como unidade de análise, realizar cruzamento de dados entre múltiplas bases e fazer análises sobre a população inteira de beneficiários.

A primeira seção da pesquisa realiza uma revisão de literatura para sistematizar as principais abordagens e conceitos relacionados com o tema e conhecer as regras de funcionamento e elegibilidade do PAB. Para isso, são elencados os impactos dos programas de transferência de renda no combate à pobreza, os objetivos do programa e seus efeitos indesejáveis, dentre eles o “efeito preguiça” e o possível incentivo à informalidade. Por fim, o referencial teórico enumera as principais características sociodemográficas utilizadas para análise do perfil de beneficiários e resume as alterações introduzidas pelo Programa Auxílio Brasil. Vale salientar que como a criação do programa é recente, existem poucos estudos que o abordam. Assim, a maioria das obras consultadas trata do Programa Bolsa Família (PBF), programa antecessor que possui praticamente as mesmas regras de funcionamento do PAB.

Em seguida, a segunda seção detalha os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, e a terceira seção apresenta a análise e discussão dos resultados, mostrando quais as diferenças e similaridades de características socioeconômicas entre os dois grupos analisados. As variáveis analisadas foram idade, gênero, raça, escolaridade, renda, número de membros das famílias, localização, características dos domicílios e o tipo de composição familiar de cada domicílio.

Por fim, a última seção apresenta as considerações finais da pesquisa, com a síntese dos resultados, detalhamento de como os objetivos foram atingidos e descrição do perfil de cada grupo de beneficiários analisado. Também foram listadas as contribuições teóricas e práticas da pesquisa, limitações e recomendações de trabalhos futuros.

# 1 REFERENCIAL TEÓRICO

## 1.1 Origem da pobreza e os impactos dos programas de transferência de renda

A literatura aponta três compreensões distintas sobre a origem da pobreza, que resultam em estratégias distintas para a sua redução. A primeira compreende a pobreza como uma falha na divisão da riqueza nacional, sendo necessário distribuir uma renda básica de forma universal, sem condicionalidades. Outra corrente associa a pobreza principalmente à insegurança alimentar, que limita a capacidade de aprendizagem e a produtividade dos indivíduos. A terceira visão atribui como causa principal da pobreza a incapacidade de geração de renda, o que exige formas de complementar os esforços individuais. Os elementos que nortearam a criação do PBF se aproximam mais da terceira visão (TOMAZINI, 2017).

Assim, programas de transferência de renda como o PBF são essenciais. “Praticamente todos os países que conseguiram erradicar a pobreza absoluta e reduzir expressivamente seus níveis de desigualdade possuem políticas de transferência de renda.” (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007, p. 21).

Paralelamente, pesquisas nacionais e internacionais apresentam evidências de que a pobreza pode ser aliviada por meio da expansão do número de empregos e do aumento do salário pago aos trabalhadores (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011).

Não há consenso na literatura acerca do conceito de pobreza. Genericamente, pode ser caracterizada como a situação na qual as necessidades da pessoa não são atendidas de forma adequada. A forma mais comum utilizada para sua mensuração é o estabelecimento de uma linha de pobreza. Assim, pessoas com renda abaixo da linha são classificadas como pobres (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011).

Além da privação material, a pobreza também possui elementos de ordem cultural e social e inclui outras carências além da insuficiência de renda. Outras necessidades humanas também devem ser consideradas, tais como acesso a água potável, energia elétrica, saneamento básico, saúde e educação (DE SOUZA; COUTO, 2015).

Aumentando a complexidade da questão, há o fato de que a pobreza não é igualmente distribuída em todo o território brasileiro, sendo mais presente nos estados das regiões Norte e

Nordeste (DE SOUZA; COUTO, 2015). Com isso, podem ser exigidas estratégias diferenciadas de focalização do programa para atingir algumas regiões mais vulneráveis.

Nesse sentido, a delimitação de um perfil de pobreza pode ser útil para descrever as características da população pobre e suas privações em outras dimensões além da renda. Ao estabelecer diferenças de características, é possível demonstrar em quais aspectos os pobres estão em maior vulnerabilidade e quais requerem mais atenção com vistas à maior efetividade no combate à pobreza. Assim, o perfil pode orientar formuladores de políticas públicas a estabelecer prioridades (OSORIO et al., 2011).

## **1.2 Objetivos do PBF, seus efeitos positivos e seus efeitos indesejáveis**

O PBF tem como objetivos centrais o alívio da pobreza no curto prazo por meio da transferência de renda e o combate à transmissão do problema entre gerações por meio de condicionalidades que estimulam o investimento em capital humano. Para manter o benefício, as famílias devem garantir a frequência escolar dos filhos e manter o programa de vacinas atualizado, o que também acaba por ampliar o acesso da população pobre a direitos sociais básicos (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007). Assim, o programa se configura como uma possibilidade que permite a emancipação de seus beneficiários.

Tendo em vista que os objetivos do PBF são reduzir a pobreza, a fome e o número de famílias que estão em situação de vulnerabilidade social, o programa tem como público-alvo famílias de baixa renda, atores que usualmente estão inseridos no contexto de precarização do trabalho (SANTANA; DOURADO, 2018). Alguns autores apontam o trabalho como central no favorecimento do bem-estar social por meio do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, o trabalho permite superar a pobreza, as desigualdades e a exclusão social (SANTOS et al., 2017).

Diversos estudos destacam os efeitos positivos dos programas de renda para reduzir a pobreza, bem como aumentar o crescimento econômico e o mercado de trabalho.

Em uma análise dos dados do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Cadastro Central de Empresas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), autores sustentam que há uma relação positiva entre o benefício do PBF e a quantidade de pessoal ocupado assalariado formal nos municípios brasileiros, e com o total dos salários e

outras remunerações, concluindo que o PBF pode causar um aumento de salários e equilibrar o mercado dos municípios (CORREA JUNIOR; TREVISAN; MELLO, 2019).

Nessa linha, outra pesquisa mostra que as chances dos beneficiários do PBF permanecerem no emprego são maiores do que para os não beneficiários (SANTOS et al., 2017).

Ainda sobre a quantidade de empregos, análises efetuadas a partir de dados do IBGE já apontaram que em domicílios onde residem beneficiários do PBF, o número de pessoas inseridas no mercado de trabalho é similar ou até maior do que em outros domicílios com renda similar. A mesma conclusão também é apontada em avaliações de impacto do PBF, que indicam uma taxa de participação 3% maior de adultos em domicílios com beneficiários do programa (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007; OLIVEIRA; SOARES, 2012).

Em que pese a transferência de renda ter como objetivo principal a redução da pobreza e das desigualdades, há também efeitos indesejáveis, sendo o principal a formação ou perpetuação de uma “economia sem produção”. Tendo em vista que os municípios mais beneficiados com esses recursos possuem um perfil semelhante de pequeno porte, baixa atividade econômica e grande parte da população vivendo em situação de pobreza, cria-se uma situação de grande dependência dos recursos transferidos pelo governo, que se tornam as principais fonte de renda, sem necessariamente gerar novas atividades produtivas e empregos (TUPY; TOYOSHIMA, 2013).

### **1.3 Relação do PBF com o “efeito-preguiça”**

Um dos efeitos dos programas de transferência de renda muito discutido - de forma controversa - na literatura é o chamado “efeito-preguiça”. Alguns autores sustentam que há um incentivo negativo para as atividades laborais, já que a renda recebida criaria uma acomodação dos beneficiários, e, conseqüentemente, um desincentivo ao trabalho (TAVARES, 2020).

No mesmo sentido, alguns autores sustentam que os programas de transferência de renda podem desmotivar a população mais pobre a procurar emprego, tornando-os dependentes das transferências e causando uma situação de acomodação para continuar recebendo os benefícios sociais (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011; SANTOS et al., 2017).

Uma argumentação contrária à ideia de desestímulo ao trabalho é que o valor da transferência do PBF é muito baixo, em média R\$ 217 em 2021. Assim, o valor não é suficiente para que os beneficiários optem por não trabalhar, exceto casos de trabalhos insalubres, instáveis ou muito mal remunerados. Outro aspecto levantado por autores é que o benefício pode ajudar os trabalhadores a ultrapassar barreiras de entrada em alguns segmentos do mercado de trabalho (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007; KERN; VIEIRA; FREGUGLIA, 2018).

Análises qualitativas mostram inclusive um efeito positivo, já que a renda extra ajuda na procura por trabalho, que exige gastos com locomoção, dentre outros (MELLO, 2020; SILVA, 2015). Assim, a renda adicional permite que os membros da família possam buscar empregos com mais intensidade, já que a busca por trabalho tem custos, que podem ser bastante significativos para pessoas de baixa renda. (OLIVEIRA; SOARES, 2012).

Com conclusões antagônicas, há pesquisas que refutam o efeito-preguiça e apontam que a vontade dos beneficiários é de trabalhar para conseguir mais dignidade, autoestima e conhecimento (SORDI; GONÇALVES NETO, 2021; SILVA, 2017; CORREIA, 2016).

Nesse sentido, pesquisas realizadas com o uso de entrevistas demonstram que os beneficiários do PBF vislumbram o emprego como uma necessidade, com o objetivo de obter poder de consumo e a segurança de um salário fixo. A renda adicional do benefício é vista como uma complementação e não como a única renda, já que não é suficiente para suprir as demandas básicas da família. Os beneficiários almejam um emprego formal remunerado para acessarem os direitos sociais, mesmo reconhecendo que fazem parte de uma parcela vulnerável e excluída. Dessa forma, quem recebe o benefício não é acomodado, mas a exclusão social dificulta o seu acesso às atividades laborais (SILVA, 2015).

Outros estudos concluem que, com exceção de grupos demográficos restritos, o desincentivo ao trabalho é mínimo ou inexistente (OLIVEIRA; SOARES, 2012; SANTOS et al., 2017).

#### **1.4 Efeitos do PBF sobre o mercado de trabalho formal e informal**

Além dos efeitos e incentivos já expostos, muitas pesquisas se debruçam especificamente sobre as relações do PBF com o mercado de trabalho formal e informal. Alguns

estudos apontam que o programa gera um incentivo à informalidade, já que as famílias passam a substituir o trabalho formal pelo trabalho informal para permitir a manutenção do recebimento do benefício. Esse efeito é agravado pela desinformação sobre as regras do PBF, pois muitos beneficiários acabam não formalizando os vínculos de trabalho, mesmo quando o aumento da renda não afetaria as condições de elegibilidade do programa (TAVARES, 2020; SANTOS et al., 2017; CORREIA, 2016).

Tendo em vista que o PBF utiliza um limiar de renda para definir quem pode receber as transferências, é possível a criação de um incentivo para que os beneficiários escondam sua renda do trabalho. Um mecanismo seria trabalhar no setor informal em detrimento do setor formal, já que há cruzamentos constantes de dados para verificar se os beneficiários recebem renda de valor maior que a autodeclarada (KERN; VIEIRA; FREGUGLIA, 2018; CORREIA, 2016).

Com conclusão semelhante, estudo que analisou dados do Cadastro Único de São Luís (MA) constatou que o índice de informalidade entre os beneficiários do PBF é maior, o que pode indicar o efeito de preferência pela informalidade devido ao medo de perder o benefício caso a renda familiar aumente (MELLO, 2020).

No mesmo sentido, um estudo que teve como objetivo descrever as relações de trabalho antes e depois da participação do programa, concluiu que os trabalhos realizados pelos beneficiários antes da inclusão no programa eram tradicionais, em sua maioria realizados no ambiente domiciliar e envolviam relações familiares ou de amizade. Com isso, os trabalhos eram predominantemente informais e em atividades com baixa necessidade de qualificação técnica. Ao estudar as trajetórias de trabalho dos beneficiários após a inclusão no PBF, verificou-se que não houve muitas mudanças nas categorias de trabalho, em que pese tenha ocorrido episódios de ocupações temporárias em postos formais (VASCONCELOS, 2016).

Sobre o número de ocupações, apesar de a maioria das pesquisas não apontar evidências de que o PBF causa uma redução do nível de emprego, é possível perceber alguma redução quando são analisados grupos específicos de beneficiários, tais como crianças que residem na zona rural. Nesse caso, há um efeito positivo do programa na retirada de jovens do trabalho infantil penoso (NUNES; MARIANO, 2015; SILVA, 2017). Efeito semelhante também é observado em mulheres (SANTOS et al., 2017; KERN; VIEIRA; FREGUGLIA, 2018).

Nesses casos, autores sustentam que a diminuição de participação no mercado de trabalho também pode ser positiva em alguns casos de famílias extremamente pobres que tendem a diminuir a participação de mulheres, crianças e jovens em postos de trabalho precários e mal remunerados (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007; SILVA, 2015).

Nessa linha, há pesquisas que analisam possíveis efeitos negativos relacionados com as regras de elegibilidade do programa. Em transferência não focalizadas, a renda adicional do PBF pode fazer o beneficiário aumentar ou diminuir a sua oferta de trabalho, de acordo com suas preferências. Um possível incentivo positivo surge apenas quando o benefício passa a ser focalizado, com critérios de elegibilidade mais rígidos. Assim, os trabalhadores beneficiários que estão próximo do limite de renda do programa receberão um incentivo contra o trabalho (OLIVEIRA; SOARES, 2012; SANTOS et al., 2017).

Ainda sobre as regras do programa, autores chamam atenção para o fato de que ao longo do tempo, a renda das famílias flutua e faz com que a renda *per capita* seja superior ao limite do programa. Rotatividade de empregos, mudanças na composição da família e sazonalidade da economia são fatores que impactam a renda das famílias, principalmente os que estão inseridos no mercado de trabalho informal. Nesse sentido, não necessariamente é desejável que, quando isso aconteça, a família seja retirada do programa (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007).

Para não gerar um desestímulo ao trabalho, alguns estudos sustentam que o programa de transferência de renda deve ter um patamar de renda de saída superior ao de entrada, ou faixas de transição gradual com o objetivo de atenuar o receio dos beneficiários de perder o benefício caso haja aumento na renda e, assim, reduzir os incentivos para o trabalho ou busca de postos formais (CAVALCANTI et al., 2016).

Outro aspecto a ser considerado é a sustentabilidade das novas rendas. A família ameaçada de exclusão devido a um possível aumento de renda só tem incentivos para trabalhar se a renda adicional do trabalho for superior ao benefício. Além disso, geralmente a renda dos novos trabalhos são instáveis, o que aumenta a preferência por continuar recebendo o benefício de forma fixa e previsível (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007).

Consequentemente, sem políticas complementares de geração autônoma de renda, a probabilidade de a família retornar à condição de pobreza com o fim do benefício é muito alta. Assim, o ideal seria que os programas tivessem iniciativas de capacitação para romper o círculo



de dependência das famílias em relação aos valores repassados pelo governo (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011).

### **1.5 Principais características sociodemográficas utilizadas para análise do perfil de beneficiários**

Sobre as características sociodemográficas que influenciam a pobreza, a participação no PBF e o acesso ao mercado de trabalho, estudos empregam diversos métodos para explicar os efeitos do PBF utilizando variáveis como renda, idade, sexo, cor e raça, composição da família, analfabetismo, taxa de escolaridade, ocupação de moradia, qualidade da construção, acesso a saneamento e energia elétrica e distribuição espacial dos domicílios (OSORIO et al., 2011).

Alguns fatores que podem impactar a pobreza são crescimento econômico, desigualdade de renda, média de anos de estudo, proporção de mulheres chefes de família e taxa de desemprego masculino. Paralelamente, o aumento da média de anos de estudo contribui para a diminuição da pobreza (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011).

A educação de boa qualidade tem o efeito de conduzir as pessoas mais pobres a conseguirem uma melhor posição no mercado de trabalho, rompendo, assim, o círculo de pobreza. Ao desenvolver habilidades cognitivas, a educação formal e o treinamento geram acréscimos de produtividade, elevando o salário real das famílias. Nesse sentido, dados do IBGE de 1999, mostram que apenas 2,1% dos indivíduos com algum nível de educação superior são pobres (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011).

Sobre diferenças de gênero, algumas pesquisas realizadas no Brasil já concluíram que domicílios chefiados por mulheres possuem maior probabilidade de serem pobres (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011) e que a situação da mulher no mercado de trabalho é inferior à do homem (SCHMIDT, 2016).

Em pesquisa que analisou a base pública do Cadastro Único, a amostra de indivíduos em condição de pobreza foi dividida em quatro grupos: trabalhador por conta própria, empregador, trabalhador sem carteira e trabalhador com carteira (PAGOTTO et al., 2020).

O trabalhador por conta própria possui desvantagens em termos de renda, escolaridade e acesso a condições básicas de moradia. Em termos socioeconômicos, o público é

majoritariamente masculino, de cor branca, e em faixa de idade de 40 a 44 anos. Há também uma maior proporção de indivíduos com o ensino fundamental completo.

Dentre os trabalhadores em condições de pobreza, há uma predominância de trabalhadores por conta própria. O sexo feminino é predominante, característica que pode ser explicada pelas regras do Cadastro Único que priorizam a concessão do benefício a mulheres.

Ainda sobre uma possível maior vulnerabilidade das mulheres, análises de dados da PNAD de 2019 indicam que mulheres beneficiárias do PBF que cuidam de crianças de até cinco anos dependem mais horas de trabalho do que os demais grupos analisados, principalmente as amarelas, pardas e indígenas. Mulheres negras adultas são mais vulneráveis que homens brancos: 71,2% e 46,2% encontram-se em situação de pobreza extrema, respectivamente, segundo dados de 2015. Isso reforça o fato de que a exclusão social atinge de forma mais crítica alguns perfis de raça e gênero (GERMINE; PERES, 2021).

Famílias de jovens mães também possuem uma probabilidade maior de estar fora do trabalho. Nesse sentido, outra vulnerabilidade destacada em pesquisas é a dificuldade de inserção no mercado de trabalho devido à falta de disponibilidade de vagas em creches e pré-escolas (ROSSI, 2017), já que elas precisam dividir o tempo entre o trabalho e as atividades familiares (VASCONCELOS, 2016).

Não há variação significativa entre a idade média nos grupos analisados, que oscila entre 37 e 42 anos. Essa faixa de idade também é apontada por outros autores (PAGOTTO et al., 2020).

De forma semelhante, pesquisa que investiga as características e perfil da pobreza de beneficiários do PBF nos estados do Paraná e Bahia, analisou as características dos domicílios compreendendo dados sobre o tipo de construção, coleta de lixo, iluminação, escoamento de esgoto e distribuição de água. O estudo mostrou uma precariedade de acesso ao esgotamento sanitário e concluiu que, embora as características dos beneficiários dos dois Estados sejam semelhantes, há uma maior vulnerabilidade na situação dos moradores da Bahia (DE SOUZA; COUTO, 2015).

Por fim, alguns estudos também afirmam que existem arranjos familiares mais vulneráveis à pobreza, que apresentam composição desfavorável para a inserção de seus membros no mercado de trabalho. Os arranjos mais desfavoráveis são aqueles

“nucleados pelo casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes, aqueles em que o casal tem idades entre 34 e 49 anos, também com a presença de filhos e/ou parentes, e as famílias chefiadas por mulher com a presença de filhos e/ou parentes” (MONTALI; TAVARES, 2008).

Esses grupos geralmente apresentam renda média *per capita* inferior às médias regionais e metropolitanas. Consequentemente, são os grupos que recebem a maior parte dos benefícios do PBF.

## 1.6 Alterações introduzidas pelo Programa Auxílio Brasil

Em agosto de 2021, foi criado o Programa Auxílio Brasil por meio da Medida Provisória nº 1.061. O normativo, que iniciou sua vigência em novembro, revogou o Programa Bolsa Família. Com o mesmo público-alvo do PBF, as novas regras aumentaram os valores utilizados para classificar as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, definidos pela renda familiar *per capita*. O limite para famílias extremamente pobres subiu de R\$ 89 para R\$ 105, e o de famílias pobres subiu de R\$ 178 para R\$ 210. O valor médio do benefício também aumentou de R\$ 190 para R\$ 217,18 em um primeiro momento e a partir de maio de 2022 ultrapassou os R\$ 400 com o estabelecimento de um piso mínimo. Posteriormente, em agosto de 2022, o valor mínimo passou para R\$ 600 (BRASIL, 2022b; CNN BRASIL, 2021).

Além disso, o PAB implementou alguns benefícios complementares, incentivos que podem ser somados ao valor mensal recebido pelos beneficiários. Dentre eles estão incentivos para estudantes atletas com destaque em competições oficiais do sistema de jogos escolares brasileiros e estudantes que se destacarem em competições acadêmicas e científicas (BRASIL, 2021)

Outro incentivo criado foi o Auxílio Criança Cidadã, pago para famílias com crianças de 0 a 4 anos incompletos, para viabilizar o acesso da criança, em tempo integral ou parcial, a creches. De forma semelhante, os auxílios de inclusão produtiva rural e urbana estabelecem o pagamento de R\$ 200 mensais para famílias beneficiárias que possuem agricultores familiares ou que comprovarem vínculo de emprego com carteira assinada (BRASIL, 2021).

Por fim, também foi criada uma regra de emancipação para beneficiar famílias que ultrapassem o limite de renda para concessão do benefício até o limite de R\$ 525 de renda familiar *per capita* mensal. Nesses casos, as famílias podem continuar recebendo o benefício por até 24 meses (BRASIL, 2021).

Ainda há poucos estudos que analisam possíveis impactos das mudanças implementadas. Aparentemente, algumas delas podem ajudar a mitigar alguns problemas e efeitos negativos apontados pela literatura, tais como o valor muito baixo do PBF, a vulnerabilidade maior de famílias com crianças, o incentivo a informalidade e o desestímulo ao trabalho causado pelo medo de perder o benefício.

Nesse sentido, dentre os objetivos e diretrizes do PAB estão: ampliar a oferta do atendimento das crianças em creches; estimular a inserção de adolescentes, jovens e adultos no mercado de trabalho formal e a “promoção de oportunidades de capacitação e de empregabilidade dos beneficiários, de forma a proporcionar autonomia” (BRASIL, 2021, p. 1).

Um dos poucos estudos já publicados afirma que o PAB ampliou a rede de proteção social brasileira e deu mais proteção aos beneficiários contra as perdas de renda registradas em virtude da pandemia, principalmente pelo estabelecimento do valor mínimo dos benefícios. Enquanto o número de famílias que entraram na faixa de pobreza durante a pandemia é estimado em 1 milhão, houve um aumento no número de famílias atendidas pelo PBF e PAB. Até maio de 2021 foram incluídas mais de 3,8 milhões de famílias no programa de transferência de renda (FIGUEIREDO, 2022).

No mesmo sentido, o aumento no valor do benefício representa um incremento de R\$ 25,1 bilhões nos primeiros cinco meses de 2022. Em paralelo, a perda de renda do trabalho estimada para a população 10% mais pobre em decorrência da pandemia é de R\$ 10,4 bilhões (FIGUEIREDO, 2022).

Apesar de não ter como objetivo aplicar um método rígido e preciso para estabelecer relações causais, a pesquisa verificou que no período de janeiro a maio de 2022, o aumento no número de famílias incluídas foi acompanhado por um aumento na quantidade de empregos formais gerados. Para cada mil famílias incluídas no PAB, foram gerados 288 novos postos de trabalho formais. Com esses dados, o estudo conclui que a inclusão de famílias no programa não causa interferência negativa na dinâmica do mercado de trabalho (FIGUEIREDO, 2022).

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa aqui realizada é do tipo descritiva, tendo como objeto a análise das características da população beneficiária do Programa Auxílio Brasil. A coleta de dados foi realizada por meio de acesso à base de dados do Cadastro Único e da folha de pagamentos do Programa Auxílio Brasil.

O acesso foi viabilizado pela Controladoria-Geral da União (CGU), instituição que tem Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Cidadania, órgão responsável pela gestão dos dados. A consulta e manipulação dos dados foram realizadas em ambiente controlado e de acesso restrito, com uso do software SQL Server.

Para acessar o ambiente de dados da CGU, os usuários assinam termo de responsabilidade legal de manter sigilo sobre todos os dados e informações considerados sigilosos. Além disso, o acesso é protegido por criptografia e duplo fator de autenticação. As bases manipuladas na pesquisa possuem dados identificadores como nome e CPF, mas eles não foram utilizados nas análises, bem como não foram salvos ou exportados do ambiente. O resultado das consultas realizadas em linguagem SQL contém apenas dados numéricos e quantitativos, garantindo a proteção dos dados dos beneficiários.

Com o objetivo de mitigar possíveis erros na consolidação das informações ocasionados pela complexidade das bases de dados, foram feitos testes de verificação no Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD). A ferramenta permite tabular dados sobre características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro, de forma mais limitada do que a base de dados completa (BRASIL, 2022c).

A pesquisa investigou toda a população inserida nas duas bases de dados. A referência temporal utilizada foi o mês de junho de 2022 para a base do PAB e julho de 2022 para a base do CadÚnico, competências mais recentes disponíveis. O número total de pessoas inseridas no CadÚnico com o cadastro ativo é de 86.218.472. Ato contínuo, foi feito o cruzamento entre as bases de dados para detectar o número de pessoas que são beneficiárias do PAB: 50.313.022.

Ato contínuo, para identificar os beneficiários inseridos no mercado formal de trabalho, foi utilizado o Bloco 8 do Cadastro, que consolida as informações sobre trabalho e remuneração dos membros das famílias cadastradas. O item 8.04 possui onze opções para registrar a natureza de trabalho que a pessoa cadastrada exerce (BRASIL, 2022a). Foram consideradas como

trabalho formal as seguintes opções: 4) Empregado com carteira de trabalho assinada; 6) Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada; 8) Militar ou servidor público; 10) Estagiário; e 11) Aprendiz. Dessa forma, verificou-se que há 545.962 pessoas com a indicação de trabalho formal no Cadastro. O restante, 49.767.060 pessoas, possuem outros tipos de ocupação, não trabalham ou não possuem informações registradas sobre trabalho.

Para algumas variáveis como idade, gênero e raça, a unidade de análise utilizada foi o número de pessoas. Tendo em vista que as informações do bloco 8 são registradas apenas para pessoas com idade superior a 14 anos (BRASIL, 2022a), esse grupo foi filtrado para incluir apenas os maiores de 14 anos completos. A escolha metodológica se justifica pela necessidade de evitar algum tipo de viés ao comparar a proporção das variáveis entre os grupos. Dessa forma, a população considerada foi de 32.491.131 pessoas.

Já outras variáveis como renda, localização geográfica e características do domicílio utilizaram o número de famílias como unidade de análise, tendo em vista a forma de organização dos dados no CadÚnico, que coleta essas informações de forma consolidada para a família inteira. As 50.313.022 pessoas beneficiárias do PAB estão dispostas em 18.154.897 famílias. Destas, 17.620.803 não possuem nenhum membro com emprego formal, enquanto 534.094 famílias possuem ao menos um membro que está inserido no mercado de trabalho.

Os procedimentos de análise utilizados foram quantitativos, com aplicação de técnicas de estatística descritiva para relacionar as diferenças ou similaridades de características socioeconômicas entre os dois grupos analisados: beneficiários do PAB com vínculo de emprego formal e beneficiários sem vínculo. Após a definição das pessoas que integram cada grupo, foram feitas comparações entre as principais variáveis socioeconômicas disponíveis nas bases de dados e mais citadas pela literatura, a partir da análise da média e proporção das variáveis.

Para realização das análises e construção de gráficos, foi utilizada a ferramenta Jupyter Notebook e aplicada a linguagem de programação Python. As principais bibliotecas utilizadas para manipulação e tratamento dos dados foram Pandas e Plotly.

### 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

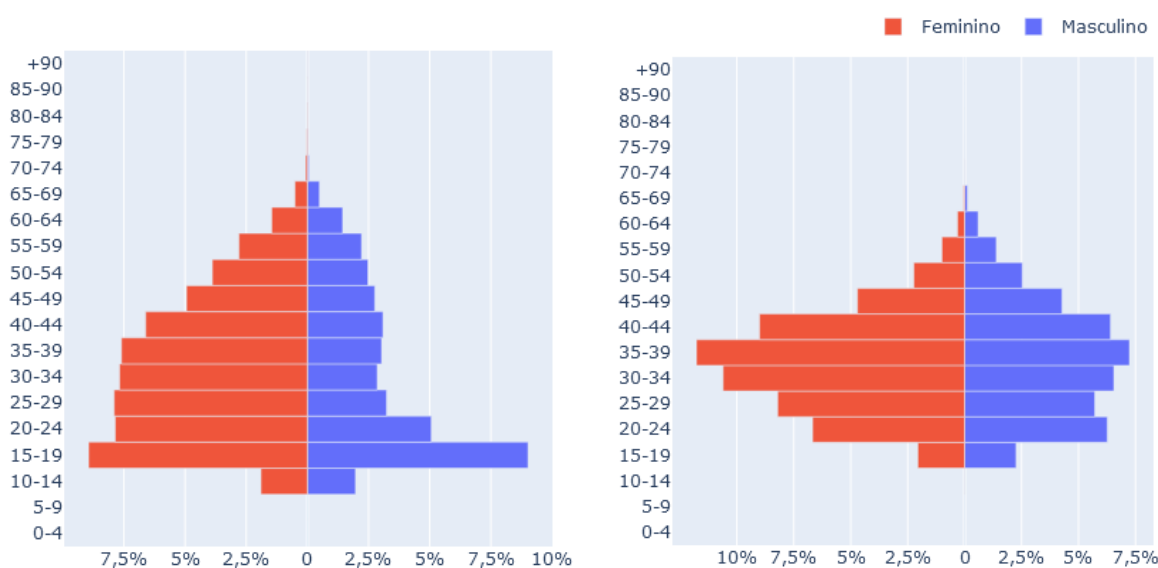
#### 3.1 Idade e gênero

Dos beneficiários que não possuem emprego, 20.219.384 são mulheres, o que representa 62,3% da população do grupo. Já os homens totalizam 12.271.747, equivalente a 37,7%. Ao comparar as proporções com os beneficiários com emprego, nota-se que o percentual de mulheres é menor: 56,6% (309.196 pessoas). Por sua vez, os homens representam 43,4% (236.766 pessoas).

O Gráfico 1 mostra os dados organizados na forma de pirâmide etária, com os beneficiários sem emprego à esquerda e com emprego à direita.

A população dos beneficiários sem emprego é majoritariamente jovem, aumentando a base da pirâmide. O maior percentual é de jovens de 15 a 19 anos: aproximadamente 18%, com percentuais praticamente iguais entre homens e mulheres. Em seguida está o grupo de adultos de 20 a 24 anos, que representa aproximadamente 16,8%. Entre os 20 e 59 anos, todas as faixas apresentam percentual de mulheres maior, sendo a maior diferença na faixa de 30 a 34 anos: 7,6% das mulheres e 2,8% dos homens. Nas demais a divisão é equilibrada.

**Gráfico 1 - Pirâmide etária**



Fonte: Cadastro Único. Beneficiários sem emprego à esquerda e com emprego à direita.  
Elaboração do autor.

Já o gráfico dos beneficiários com emprego mostra uma concentração menor na base e maior no corpo da pirâmide. Jovens de 15 a 19 representam apenas 4,3% da população, enquanto adultos de 20 a 24 anos somam 12,9%. A faixa etária que concentra mais pessoas é dos que possuem entre 35 e 39 anos: 11,7% das mulheres e 7,2% dos homens. Diferentemente dos beneficiários sem empregos, nesse grupo há algumas faixas etárias onde a concentração de homens é levemente maior. Jovens de 15 a 19 anos do sexo masculino representam 2% enquanto mulheres somam 2,2%. Variações semelhantes ocorrem nas faixas entre 50 e 64 anos.

Conforme abordado pela literatura, as mulheres encontram-se em situação de maior vulnerabilidade, o que implica em uma maior dificuldade de participação no mercado de trabalho formal, inclusive devido a discriminação durante a contratação (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011; ROSSI, 2017; VASCONCELOS, 2016; SCHMIDT, 2016, SOARES, 2000).

É possível visualizar uma menor participação ao comparar o percentual total de mulheres em cada grupo, mesmo que ainda representem a maioria dos beneficiários. Ato contínuo, nota-se que a distribuição dos gêneros entre as faixas etárias, apesar de concentrar mais mulheres, é menos acentuada nos beneficiários que possuem emprego, com uma menor diferença no tamanho das barras, o que pode ser uma comprovação de que a inserção de homens no mercado de trabalho é mais fácil.

Outro dado a ser observado é a pouca inserção de jovens no mercado de trabalho. A interpretação do dado é complexa, pois pode representar tanto uma dificuldade de conseguir postos de trabalho, ou ainda ser reflexo da idade escolar que impede ou dificulta a conciliação de tempo para estudo e emprego.

Vale salientar que, em alguns casos, o cumprimento das condicionalidades de educação, por meio da frequência regular à escola, dificulta a participação dos jovens no mercado de trabalho. Esse efeito não é necessariamente negativo, pois em alguns casos há a retirada de postos de trabalho penosos, principalmente em áreas agrícolas (NUNES; MARIANO, 2015).

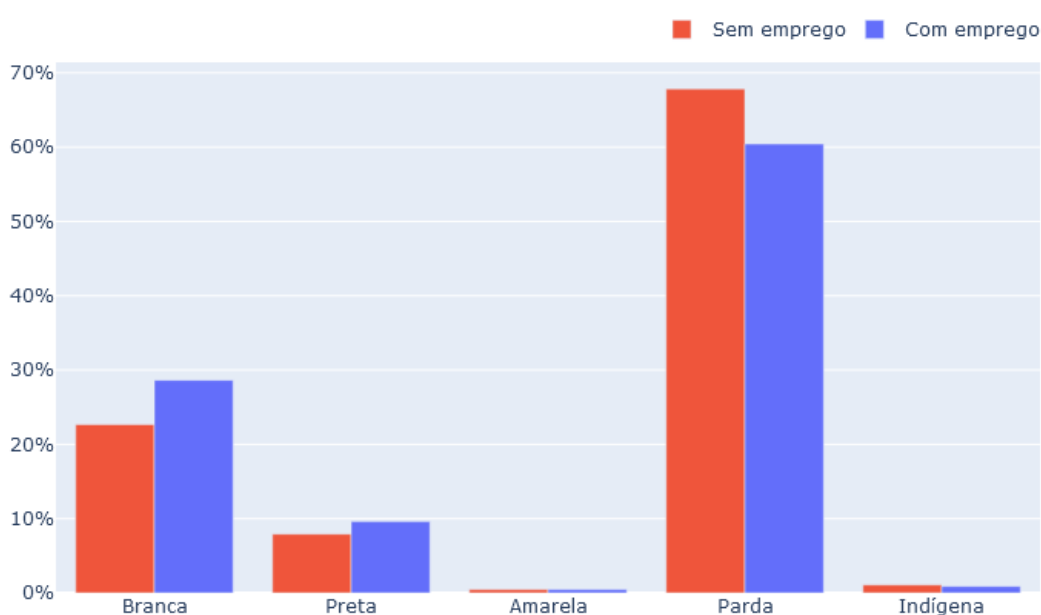
De forma semelhante, observa-se que após os 39 anos há uma redução gradativa do percentual de pessoas empregadas, o que demonstra que a idade tem efeitos importantes que devem ser considerados pelas políticas de geração de emprego e de benefícios assistenciais.



### 3.2 Raça e escolaridade

Ao observar no Gráfico 2 a distribuição dos beneficiários conforme a raça declarada no CadÚnico, verifica-se um percentual maior de brancos empregados: 23% dos beneficiários sem emprego são brancos, ante 29% dos que estão no mercado de trabalho. Esse dado vai ao encontro da conclusão de alguns estudos que destacam a exclusão social de pretos e pardos e a maior inserção de brancos no mercado de trabalho (GERMINE; PERES, 2021; PAGOTTO et al., 2020; SOARES, 2000).

**Gráfico 2 - Raça/cor**



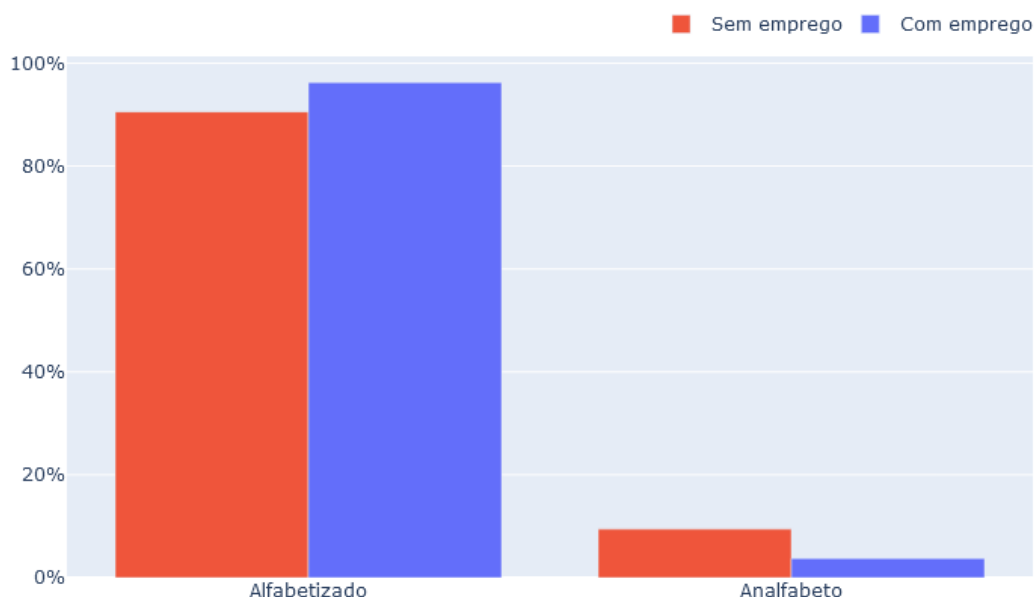
Fonte: Cadastro Único.  
Elaboração do autor.

Nesse sentido, a proporção dos pardos apresenta a maior discrepância: correspondem a 68% dos que beneficiários estão desempregados contra 60% dos que possuem emprego. Todavia, verifica-se que o percentual de pretos entre empregados é de 10%, maior do que os 8% daqueles que não possuem emprego. Para este grupo, não houve uma confirmação do que foi apontado em outras pesquisas. Por fim, os percentuais de amarelos e indígenas são muito pequenos, mas equilibrados.

A educação também foi uma variável que apresentou diferenças relevantes nos grupos analisados, confirmando a conclusão de autores que mostram o maior acesso ao mercado de trabalho daqueles que possuem mais anos de estudo (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011; OSORIO et al., 2011; PRÓSPERI, 2015).

O Gráfico 3 mostra que o nível de alfabetização dos beneficiários é maior do que 90%. Apenas 9% dos beneficiários sem emprego são analfabetos. Para aqueles que possuem emprego, esse percentual é menor: 4%.

**Gráfico 3 - Analfabetismo**



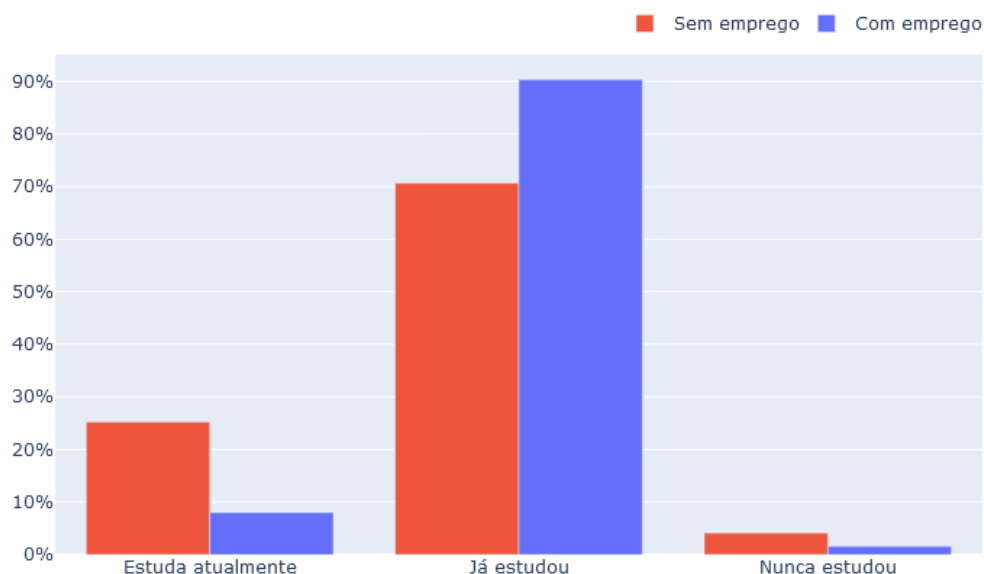
Fonte: Cadastro Único.  
Elaboração do autor.

O CadÚnico também possui dados que indicam características da vida escolar dos beneficiários. Um dos itens do questionário indica se a pessoa está frequentando a escola no momento da entrevista ou se já frequentou, e outro item registra o nível escolar mais alto frequentado na vida do entrevistado.

Ao analisar a primeira informação, plotada no Gráfico 4, percebe-se que a quantidade de beneficiários que estuda é menor dentre os beneficiários com emprego: apenas 8% dos beneficiários estão na escola, ante 25% dos sem emprego.

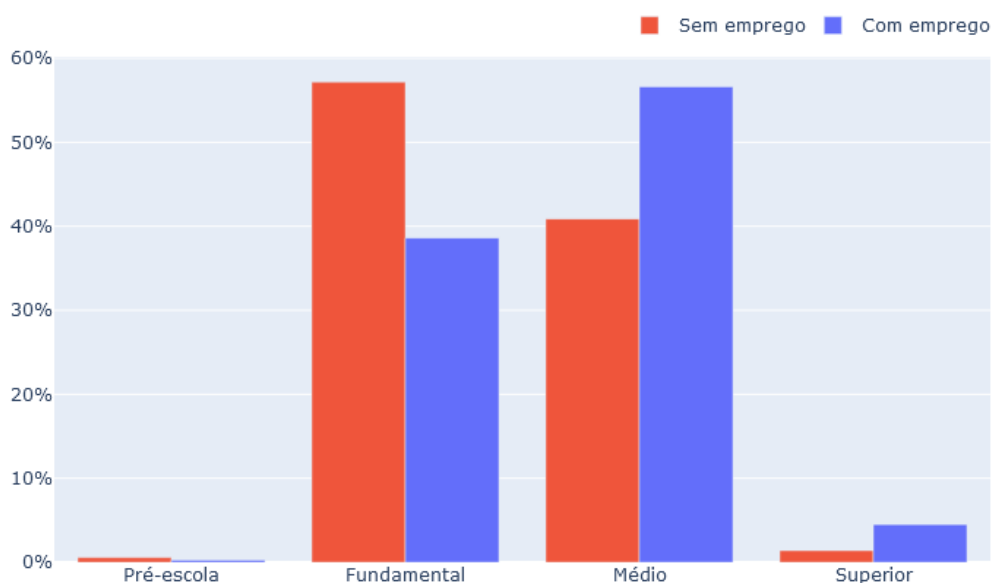
No mesmo sentido, a proporção de beneficiários que não estão mais na escola, mas já estudaram é maior para os beneficiários que possuem emprego: 90%, em comparação a 71% dos desempregados.

O percentual de pessoas que nunca estudaram é pequeno, mas também vai ao encontro dos dados anteriores, mostrando que o acesso à escola pode causar impactos no acesso ao mercado de trabalho. Beneficiários sem emprego que nunca frequentaram a escola representam 4% do grupo, enquanto os com emprego somam 2%.

**Gráfico 4 - Acesso à educação**

Fonte: Cadastro Único.  
Elaboração do autor.

Por fim, o Gráfico 5 mostra o nível escolar mais alto frequentado pelos beneficiários, seja dos que já não frequentam a escola quanto daqueles que ainda estão em idade escolar. De início, percebe-se a desvantagem daqueles que só possuem o nível fundamental, com um percentual menor de pessoas com emprego: 39% em comparação a 57% de pessoas sem emprego.

**Gráfico 5 - Nível escolar mais alto frequentado**

Fonte: Cadastro Único.  
Elaboração do autor.

Da mesma forma, o gráfico mostra que indivíduos com nível médio ou superior estão mais inseridos no mercado de trabalho. A proporção de beneficiários empregados com nível superior atinge 5%, enquanto os desempregados representam apenas 1%. Por sua vez, beneficiários com emprego que só possuem o nível médio totalizam 57%, ao passo que os desempregados somam 41%.

Além de apontar no mesmo sentido de estudos que mostram o impacto positivo da educação (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011; OSORIO et al., 2011; PRÓSPERI, 2015), a investigação profunda dos dados do Gráfico 5 também pode contribuir com as políticas de inclusão laboral e educacional do público-alvo do CadÚnico. O baixo número de pessoas com nível superior, por exemplo, pode ser alvo de incentivos específicos ou políticas complementares. Da mesma forma, há uma quantidade significativa de pessoas que só possuem o nível fundamental.

### 3.3 Renda *per capita* e número de membros da família

A partir deste ponto, as variáveis analisadas são apresentadas no CadÚnico com a agregação por família e não por pessoa. Em que pese as informações de rendimentos recebidos sejam coletados individualmente, o sistema calcula a renda *per capita* da família utilizando a soma dos rendimentos recebidos por todos os integrantes (BRASIL, 2022a).

Ao analisar a Tabela 1 com as estatísticas básicas da renda dos beneficiários do PAB, verifica-se que a renda média das famílias com emprego é bem maior, superando em mais de 3,5 vezes a renda média das famílias sem nenhum integrante empregado.

**Tabela 1 - Estatísticas de renda *per capita* e quantidade de membros por família**

<b>Estatística</b>	<b>Renda <i>per capita</i> - sem emprego (R\$)</b>	<b>Renda <i>per capita</i> - com emprego (R\$)</b>	<b>Membros por família - sem emprego</b>	<b>Membros por família - com emprego</b>
Média	49,96	175,26	2,74	3,88
Desvio padrão	59,58	125,26	1,43	1,43
Mínimo	0	0	1	1
1º quartil (25%)	0	75	2	3
2º quartil (50%)	33	152	3	4
3º quartil (75%)	75	258	4	5
Máximo	525	525	30	22

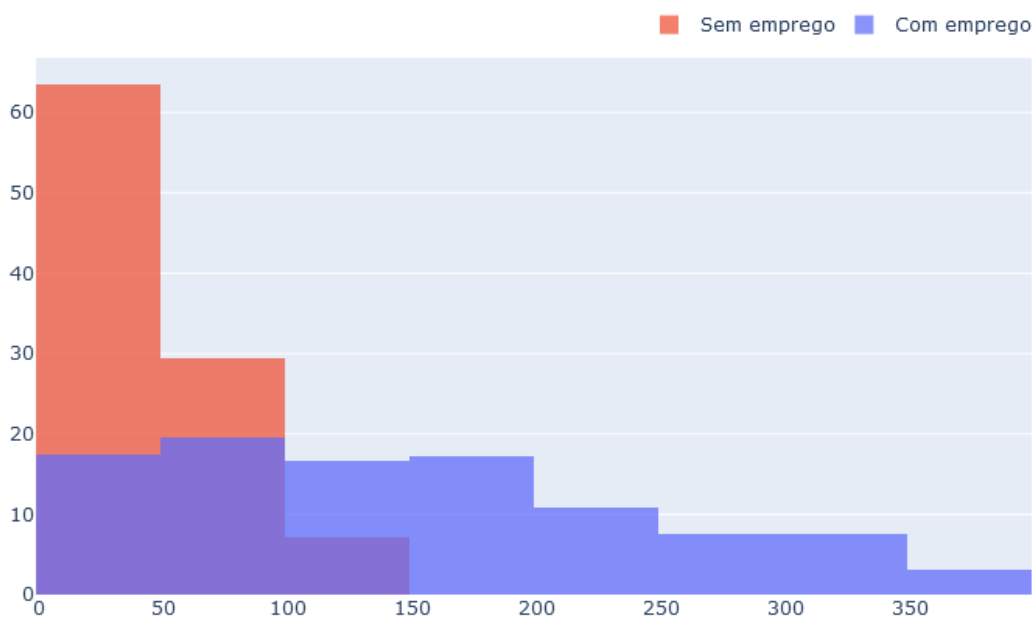
Fonte: Cadastro Único.  
Elaboração do autor.

Nesse sentido, o Gráfico 6, mostra que a distribuição da renda das famílias com emprego, além de maior, é mais equilibrada, sem a formação de um topo bem definido no histograma. Um maior número de famílias possui alguma renda, sendo que a maioria, 53,5 %, se concentra nas faixas que recebem entre R\$ 50 e R\$ 200 *per capita*.

Paralelamente, as famílias sem nenhum membro empregado possuem renda menor. A proporção de famílias que recebem menos de R\$ 50 *per capita* é de 63,49%, sendo que destes, 28,3 % declararam que não auferem nenhum tipo de renda. Em seguida, 29,36% das famílias recebem entre R\$ 50 e R\$ 100 por pessoa.

À primeira vista, essa constatação pode parecer uma decorrência lógica do fato de que a renda familiar média tende a ser necessariamente maior com a presença de um membro que auferir rendimentos oriundos de um vínculo de trabalho formal, normalmente iguais ou maiores que um salário-mínimo.

**Gráfico 6 - Renda familiar *per capita***



Fonte: Cadastro Único. Famílias com renda maior que o 90º quantil foram suprimidas para otimizar a visualização.

Elaboração do autor.

Em que pese tal fato, é impossível negar que a inclusão no mercado de trabalho formal tem efeitos substanciais na redução da pobreza, já que o contexto de precarização do trabalho intensifica as vulnerabilidades sociais (SANTANA; DOURADO, 2018; SANTOS et al., 2017).

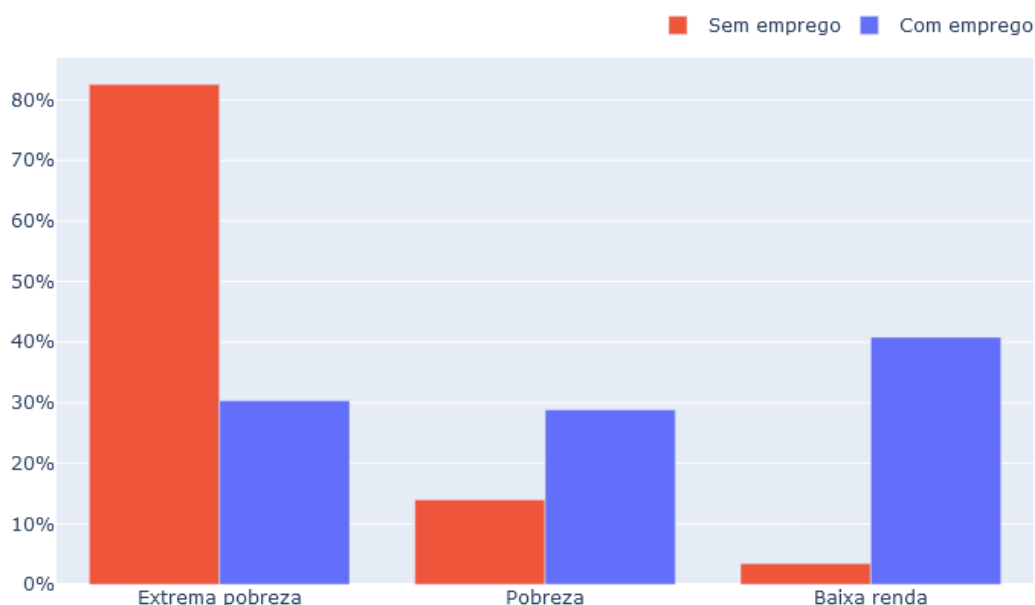
Diversos estudos compilam evidências de que o aumento do número de postos de

trabalho e dos salários pagos aos trabalhadores são efetivos no alívio da pobreza (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011).

Nesse sentido, o Gráfico 7 demonstra que a proporção de famílias em situação de extrema pobreza é bem menor nas famílias com membros empregados: 30%, em contraponto a 83% das famílias sem emprego.

Essas faixas de renda são definidas pelos órgãos gestores do Cadastro Único, sendo que as famílias extremamente pobres possuem renda por pessoa menor do que R\$ 89. Por sua vez, famílias pobres recebem entre R\$ 89 e R\$ 178, enquanto famílias de baixa renda estão no patamar de R\$ 178 a  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo (BRASIL, 2022c).

**Gráfico 7 - Distribuição das famílias por faixa de renda *per capita***



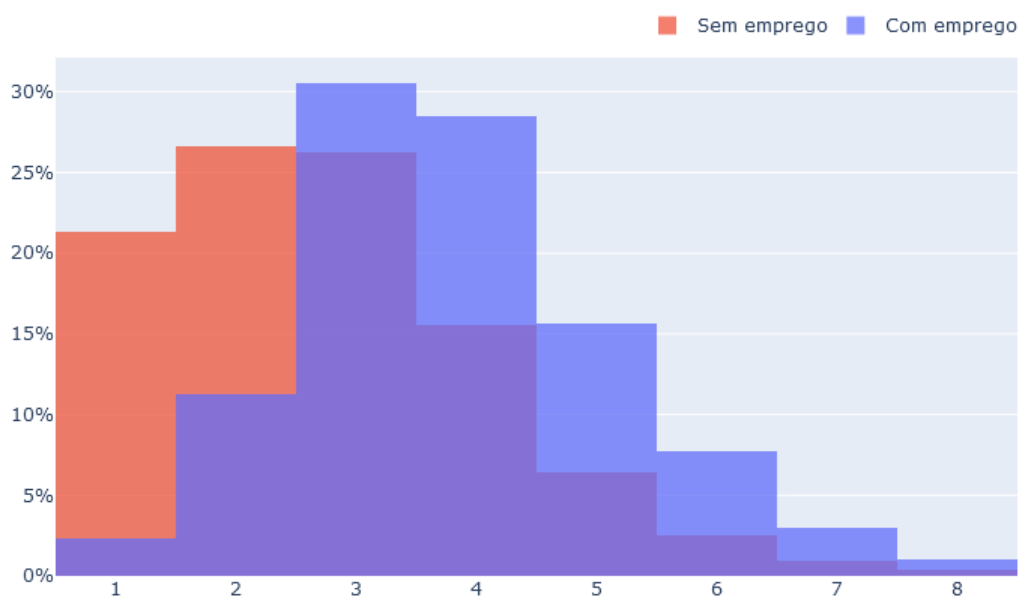
Fonte: Cadastro Único.  
Elaboração do autor.

Quanto ao número de componentes das famílias, a Tabela 1 mostra que a média de integrantes no grupo com emprego é de 3,88 pessoas, maior do que a média de 2,74 pessoas do grupo sem emprego. Dessa maneira as famílias com emprego são mais numerosas, como também mostra o Gráfico 8, onde o topo do histograma se concentra nas famílias de três ou quatro membros, totalizando 59%. Por conseguinte, o percentual de famílias com apenas um integrante é pequeno, apenas 2%. Em paralelo, o histograma do grupo sem membros inseridos no mercado de trabalho forma seu topo nas famílias que possuem dois ou três membros, representando o total de 53%.

Uma das possíveis causas envolvidas é que seja uma consequência lógica da regra de cálculo da renda *per capita*, que considera o número de pessoas. Assim, quanto menor o número de integrantes, maior a renda familiar. Conseqüentemente, quando ocorre o incremento da renda em virtude de recebimento de salário, o impacto na renda por pessoa é alto, o que dificulta ou impede a manutenção do benefício assistencial, e até mesmo a permanência da família no Cadastro Único. Por isso, a proporção de famílias com emprego que possuem um ou dois integrantes é pequena, menor do que 15%.

Sendo assim, esse público específico pode ser alvo de incentivos diferenciados para possibilitar a inclusão laboral, de forma que o limite de renda para inclusão no programa não seja um incentivo negativo, como apontam algumas pesquisas (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007; OLIVEIRA; SOARES, 2012).

**Gráfico 8 - Quantidade de membros por família**



Fonte: Cadastro Único. Famílias com mais de 8 membros foram suprimidas para otimizar a visualização. Elaboração do autor.

### 3.4 Localização

O Cadastro Único também coleta dados sobre as características dos domicílios, inclusive sobre a localização. Uma delas é a região geográfica onde a família reside, conforme demonstra o Gráfico 9.

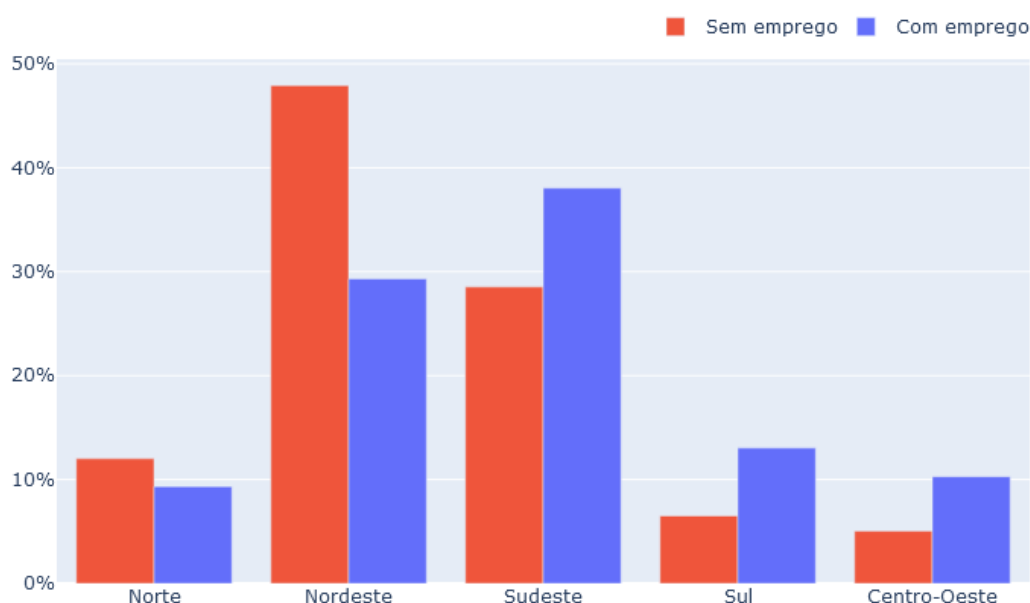
Verifica-se que a maioria das famílias sem emprego reside nas regiões Nordeste e

Sudeste, com 48% e 29%, respectivamente. Em contraposição, a concentração das famílias com algum membro empregado é oposta, 38% estão na região Sudeste e 29% na região Nordeste.

Além disso, a proporção de famílias com emprego é menor nas regiões Norte e Nordeste, sendo que na última a queda é mais acentuada. Em paralelo, essa proporção é maior nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

A análise apurada desses dados pode fornecer elementos para auxiliar no aperfeiçoamento tanto da política do PAB quanto das políticas de inclusão laboral, já que sugerem que há maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho na região Nordeste e maior facilidade na região Centro-Sul do país. Tendo em vista as grandes dimensões do território brasileiro, é natural que a pobreza não seja igualmente distribuída. Consequentemente, pode ser necessário a adoção de estratégias de focalização para atingir igualmente regiões com maior vulnerabilidade (DE SOUZA; COUTO, 2015).

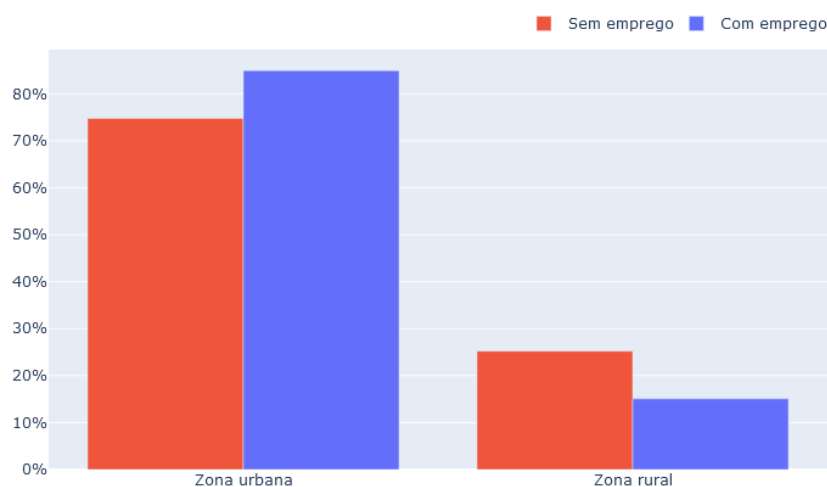
**Gráfico 9 - Região de residência da família**



Fonte: Cadastro Único.  
Elaboração do autor.

Outro dado de localização que também pode ser analisado é se o domicílio está situado na zona urbana ou rural. O Gráfico 10 mostra que a proporção de famílias que residem na zona urbana é maior quando há algum membro empregado, atingindo 85%. Consequentemente a zona rural concentra um percentual maior de famílias desempregadas, que representam 25%.



**Gráfico 10 - Localidade de residência da família**

Fonte: Cadastro Único.  
Elaboração do autor.

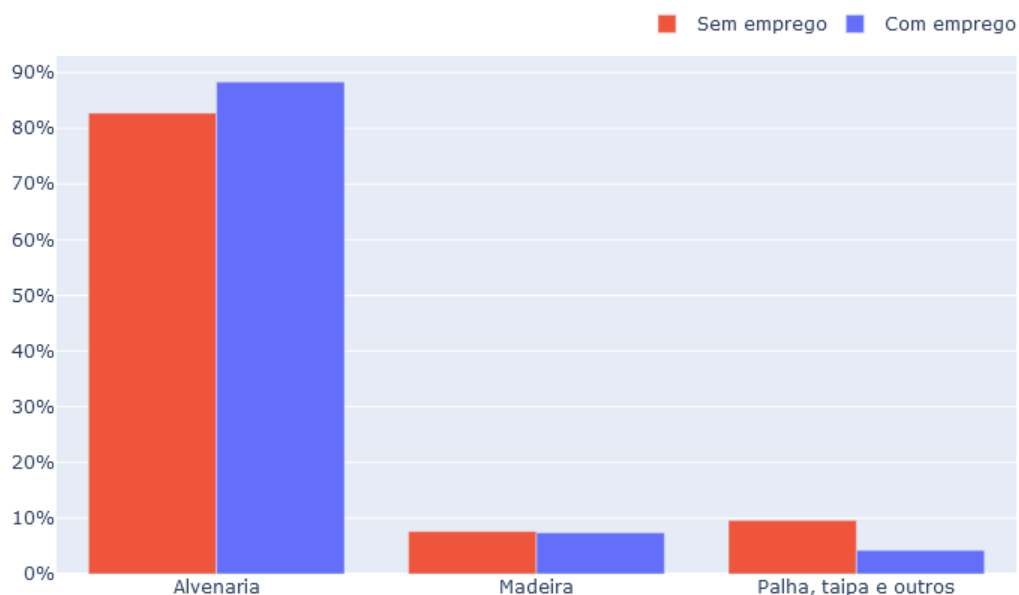
Mesmo com uma diferença aparentemente pequena, os dados mostram uma possível dificuldade de inclusão laboral na zona rural, que pode ser causada pela existência de menos postos de trabalho formal, ou pela natureza familiar das atividades exercidas nessa área.

### 3.5 Características dos domicílios

Informações sobre as características físicas dos domicílios também são importantes para as políticas de combate à pobreza, pois ajudam a verificar o nível de vulnerabilidade ao qual as famílias estão expostas. Um dos dados coletados é o tipo de material utilizado de forma predominante para a construção das paredes do domicílio. O Gráfico 11 mostra algumas variações que sugerem que as famílias com algum integrante empregado residem em domicílios melhores, possivelmente devido a renda maior.

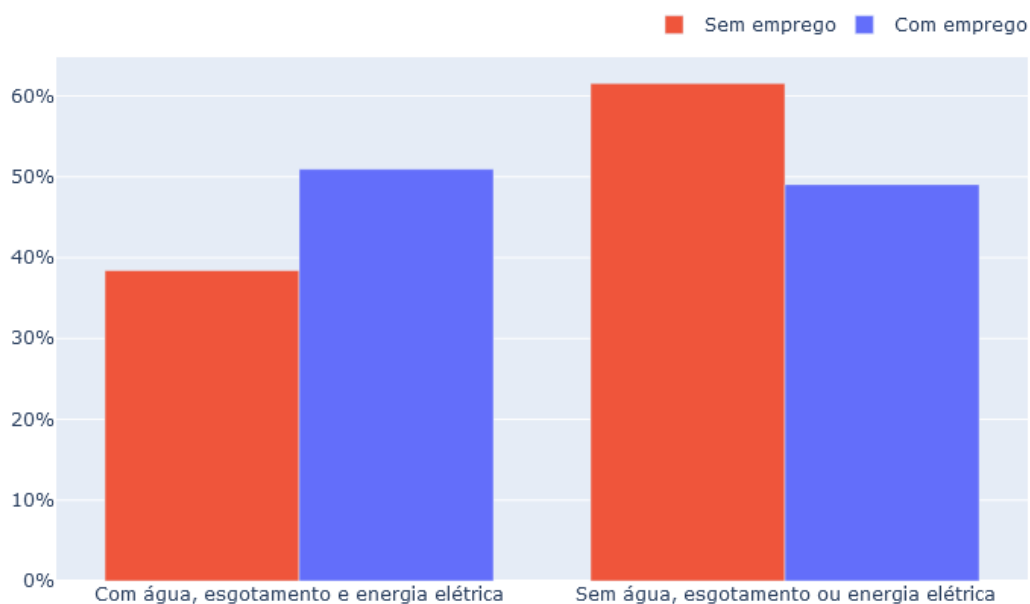
Paredes de alvenaria estão presentes em 88% dos domicílios onde há participação no mercado de trabalho, em contraste a 83% quando não há nenhuma participação. Da mesma forma, a proporção de domicílios construídos com palha, taipa ou outros materiais é de 4% no grupo com emprego e de 10% no grupo sem emprego.

Importante ressaltar que a pobreza envolve não só a insuficiência de renda, mas também priva as pessoas de diversas necessidades, dentre elas condições de moradia digna. Com isso, é fundamental que também seja garantido o acesso a serviços públicos essenciais, tais como água potável, saneamento básico e energia elétrica (DE SOUZA; COUTO, 2015).

**Gráfico 11 - Material predominante das paredes do domicílio**

Fonte: Cadastro Único.  
Elaboração do autor.

O Gráfico 12 demonstra que o acesso a serviços essenciais é maior quando há pessoas empregadas na família.

**Gráfico 12 - Acesso a água, esgotamento sanitário e energia elétrica**

Fonte: Cadastro Único.  
Elaboração do autor.

A proporção do grupo que possui acesso concomitante a água, esgotamento sanitário e energia elétrica é de 51%, enquanto nas famílias sem emprego, essa proporção é de apenas 38%.

Por sua vez, famílias que não possuem acesso a algum dos serviços citados, ou a nenhum deles, representam 62% no grupo sem emprego e 49% no grupo com emprego.

Assim como já observado em outras variáveis, os dados sugerem que os beneficiários com emprego possuem melhores condições de vida, o que pode ser explicado pela maior renda desse grupo, que possui menos pessoas em situação de extrema pobreza.

### 3.6 Arranjos familiares

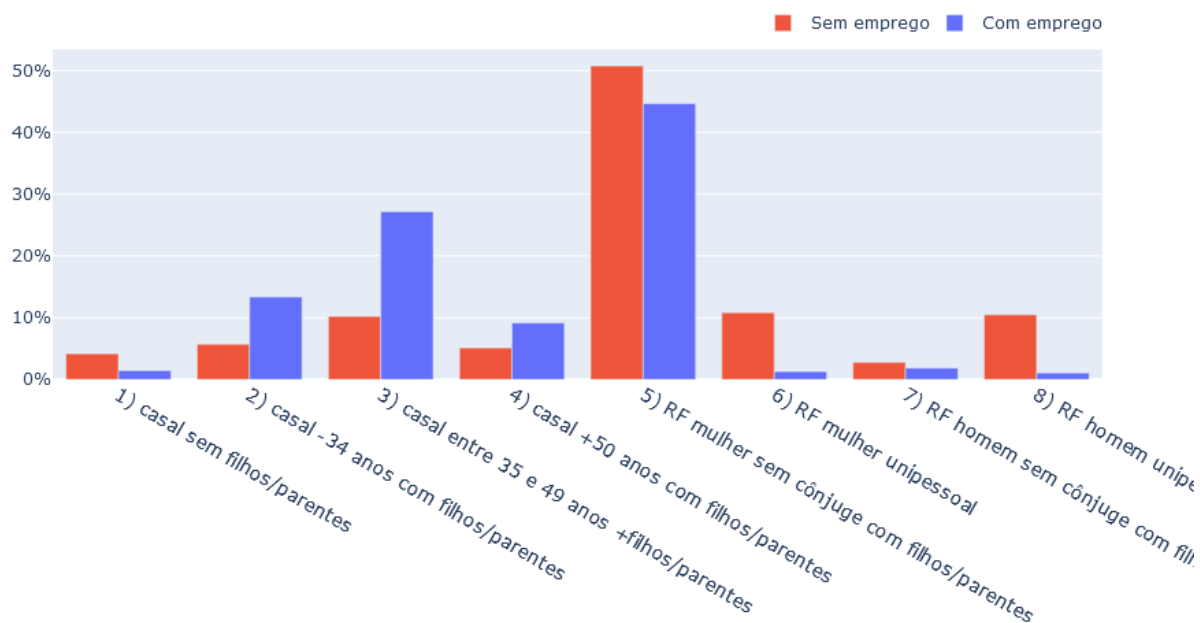
Por fim, a última variável analisada é o tipo de composição familiar de cada domicílio, com base no estudo de Montali e Tavares (2008). Os autores investigaram quais os arranjos familiares mais vulneráveis à pobreza e apontam que um dos aspectos que intensificam seus efeitos é a composição desfavorável para a inserção dos familiares no mercado de trabalho.

Assim, foram adotadas as mesmas categorias apresentadas pelos autores, que divide as famílias conforme o gênero do responsável familiar, além de diferenciar os arranjos conforme a presença de cônjuges e filhos ou parentes. Dessa forma, as famílias foram divididas em oito grupos: 1) casal sem filhos ou parentes; 2) casal até 34 anos com filhos ou parentes; 3) casal de 35 a 49 anos com filhos ou parentes; 4) casal de 50 anos ou mais com filhos ou parentes; 5) responsável familiar mulher sem cônjuge, com filhos ou parentes; 6) responsável familiar mulher unipessoal; 7) responsável familiar homem sem cônjuge, com filhos ou parentes; e 8) responsável familiar homem unipessoal. Para a subdivisão dos casais em faixas etárias, foi considerada a idade do cônjuge mais velho (MONTALI; TAVARES, 2008).

Em sua pesquisa, que utilizou a renda *per capita* como variável dependente, os autores concluíram que os arranjos familiares mais vulneráveis são os de número 2, 3 e 5 (MONTALI; TAVARES, 2008). Todavia, ao analisar o Gráfico 13, verifica-se que apenas as famílias do arranjo 5, compostas por mulheres solteiras com filhos ou parentes, estão em possível situação de desvantagem. Nessa categoria, há menos famílias empregadas, apenas 45%, em comparação a 51% das famílias sem emprego.

Esse dado vai ao encontro de conclusões de estudos que mostram uma exposição maior das mulheres a situações de vulnerabilidade, com maior dificuldade de participação no mercado de trabalho (MARINHO; LINHARES; CAMPELO, 2011; ROSSI, 2017; VASCONCELOS, 2016; SCHMIDT, 2016, SOARES, 2000).

Gráfico 13 - Arranjos familiares



Fonte: Cadastro Único.  
Elaboração do autor.

Essa confirmação também já foi verificada na análise da variável gênero. Além disso, outro fator que intensifica a dificuldade de contratação de mulheres que vivem em família com esse tipo de arranjo é a necessidade de conciliação do tempo com as responsabilidades familiares e cuidado dos filhos e parente sem a ajuda do cônjuge, o que é agravado caso não consigam matricular os filhos em creches ou pré-escolas (VASCONCELOS, 2016; ROSSI, 2017).

Nesse sentido, não é observada praticamente nenhuma variação quando o responsável familiar é homem solteiro com filhos ou parentes. Apesar do percentual pequeno, a proporção é de 3% para famílias sem emprego e 2% para famílias com emprego, o que sugere que os homens sofrem menos com essa dificuldade de inclusão laboral.

Outros arranjos onde também existe essa possível dificuldade são os de número 1, 6 e 8, formados por casais sem filhos ou parentes e famílias unipessoais de homens e de mulheres. Nesse caso, observa-se um efeito semelhante ao que ocorre na análise da quantidade de membros por família, plotada no Gráfico 8. Uma vez que há poucos integrantes das famílias, um ou dois membros, o valor calculado da renda por pessoa será maior, dificultando a manutenção das condições de elegibilidade ao PAB.

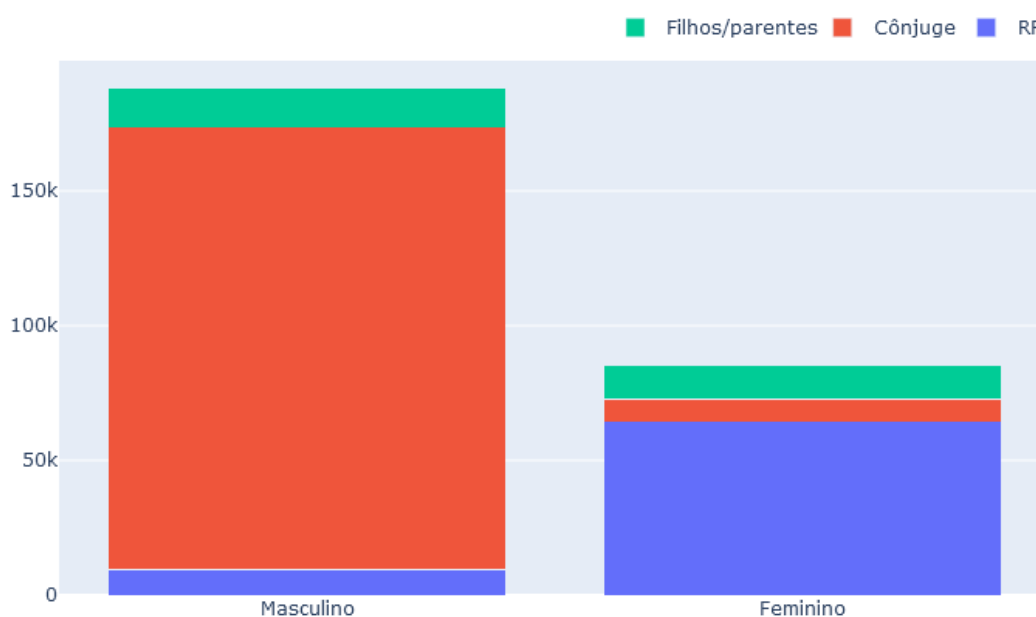
De maneira oposta, os arranjos de número 2, 3, e 4 são os que aparentemente sofrem

menos dificuldade de inclusão no mercado de trabalho. A maior diferença ocorre nas famílias formadas por casais entre 35 e 49 anos. No grupo sem emprego, esse arranjo representa 10% das famílias, enquanto no grupo com emprego esse percentual atinge 27%.

Diante disso, é possível afirmar que esses tipos de família apresentam uma composição mais favorável para a obtenção de empregos. Uma das causas apontada pela literatura é a disponibilidade de ajuda dos cônjuges nas responsabilidades familiares, permitindo que um deles ou ambos possam dedicar maior tempo ao trabalho. Outro aspecto importante é que na faixa etária de 35 a 49 anos, a idade dos filhos tende a ser maior, o que pode reduzir a necessidade de cuidados familiares (MONTALI; TAVARES, 2008; ROSSI, 2017). Além disso, essa faixa etária é uma das que mais possuem pessoas empregadas, conforme já se observou no Gráfico 1.

Em um recorte do perfil das pessoas empregadas que vivem em famílias formadas por esse arranjo mostra que na maioria dos casais, quem trabalha é o homem, o que reforça o contexto de maior vulnerabilidade vivido pelas mulheres. O total de pessoas empregadas que vivem nessas famílias é de 273.464. Dessas, 188.381 são homens e 85.083 são mulheres, conforme demonstra o Gráfico 14.

**Gráfico 14 - Pessoas com emprego que vivem em famílias formadas por casais**



Fonte: Cadastro Único.  
Elaboração do autor.

Além disso, poucos homens são cadastrados como responsável familiar. Em que pese a

existência de uma regra que indica que o responsável pela família deve ser preferencialmente uma mulher (BRASIL, 2022c), os dados mostram uma situação mais confortável para os cônjuges do sexo masculino na obtenção de emprego, ainda que as famílias sejam formadas por um casal.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou estudar a relação do principal programa de transferência direta de renda do país, o Programa Auxílio Brasil, com a inclusão de seus beneficiários no mercado de trabalho formal. Com esse fim, delimitou-se o objetivo geral da pesquisa para examinar o perfil dos beneficiários do PAB que estão empregados, a fim de responder a seguinte pergunta-problema: o perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Auxílio Brasil que estão inseridos no mercado formal de trabalho é diferente do perfil dos beneficiários que não estão inseridos?

Para tanto, os dois primeiros objetivos específicos buscaram realizar uma revisão de literatura para sistematizar as principais abordagens e conceitos relacionados com o tema e conhecer as regras de funcionamento e elegibilidade do PAB. Com isso, notou-se um consenso dos estudos em afirmar que os programas de transferência de renda possuem um efeito positivo para combater a pobreza e reduzir os níveis de desigualdade social, o que torna indispensável políticas públicas como o PAB.

Em que pese tal fato, diversas pesquisas apontam possíveis efeitos indesejáveis causados pelos programas de renda. Um dos mais discutidos é o chamado “efeito preguiça”, que ocorre quando os beneficiários recebem um incentivo negativo à busca por emprego, criando uma situação de acomodação e dependência dos recursos transferidos pelo governo. Em paralelo, alguns autores sustentam que o PAB pode gerar um incentivo à informalidade, pois as famílias passam a evitar postos de trabalho formais com o objetivo de não perder o benefício devido ao aumento da renda.

Ato contínuo, outros dois objetivos específicos da pesquisa foram examinar as bases de dados do PAB e do Cadastro Único para definir o recorte temporal do estudo e identificar os beneficiários do programa que estão inseridos no mercado formal de trabalho. Por meio de consultas e cruzamentos de dados efetuados em sistema SQL Server, identificou-se que das 86.218.472 pessoas inseridas do CadÚnico em julho de 2022, 50.313.022 foram beneficiários do PAB em junho do mesmo exercício, sendo que 32.491.131 são maiores de 14 anos. Destas, 545.962 possuem a indicação no Cadastro de que exercem algum trabalho formal.

Seguidamente, os beneficiários do PAB estão dispostos em 18.154.897 famílias. Destas, 17.620.803 não possuem nenhum membro com emprego formal, enquanto 534.094 famílias

possuem ao menos um membro que está inserido no mercado de trabalho.

Por fim, o último objetivo da pesquisa foi relacionar características que possam diferenciar o perfil dos beneficiários do programa entre inseridos ou não no mercado formal de trabalho. Para esse intuito, foram aplicados procedimentos de análise quantitativos e técnicas de estatística descritiva para relacionar as diferenças ou similaridades de características socioeconômicas entre os dois grupos analisados.

A análise e comparação da média e proporção das principais variáveis socioeconômicas disponíveis nas bases de dados e mais citadas pela literatura demonstrou que em alguns casos há proporções diferentes das características de cada grupo. Para otimizar a visualização das informações, foram construídos gráficos elaborados com uso da ferramenta Jupyter Notebook, em linguagem de programação Python.

A partir da visualização das características com maior proporção de pessoas e famílias em cada variável analisada, verificou-se que o perfil médio do público sem emprego é formado por mulheres pardas de 15 a 25 anos. Quanto à escolaridade, o maior nível frequentado é o ensino fundamental. A renda média por pessoa é de R\$ 50, o que coloca as famílias em situação de extrema pobreza. Em geral, as famílias são compostas por menos integrantes e a configuração mais frequente é a formada por uma responsável familiar mulher sem cônjuge, com filhos ou parentes. A maioria vive em zonas urbanas da região Nordeste, e não possuem acesso completo aos serviços públicos de água, energia elétrica e esgotamento sanitário.

Por sua vez, o perfil do público inserido no mercado de trabalho formal é constituído por mulheres pardas de 30 a 39 anos. O nível de escolaridade observado é maior, já que o nível mais alto frequentado pelas pessoas é o ensino médio. Outra diferença observada é que a renda também é maior, R\$ 175 em média, posicionando as famílias em situação de baixa renda. O arranjo familiar mais frequente é o mesmo do grupo sem emprego, mas o número médio de integrantes das famílias é maior. Por fim, a localização mais comum são zonas urbanas da região Sudeste, com domicílios que possuem acesso concomitante a água, energia elétrica e esgotamento sanitário.

Posto isso, considerou-se que os objetivos propostos foram atingidos, e a pergunta-problema foi respondida de forma satisfatória. Consequentemente, acredita-se que a pesquisa tenha trazido contribuições significativas para o estudo e discussão do tema abordado. A contribuição teórica é a contribuição para o aprofundamento dos estudos que tratam sobre o



tema do impacto dos programas de transferência de renda no mercado de trabalho. Por sua vez, a contribuição prática está na enumeração de características que ajudam a determinar o perfil dos beneficiários do PAB e as diferenças existentes entre o público sem emprego e com emprego.

Algumas características apresentaram variações de proporção mais marcantes conforme o grupo analisado, confirmando diversas conclusões realizadas pela literatura bem como gerando *insights* que podem ser aprofundados em pesquisas futuras ou avaliações de impacto da política pública, inclusive levantando possibilidades de focalização.

As variações observadas na análise do gênero e idade dos beneficiários vão ao encontro de estudos que apontam uma situação de maior vulnerabilidade vivenciada pelas mulheres, que sofrem mais dificuldade para conseguir empregos formais. O mesmo fato também foi observado na análise da composição familiar dos beneficiários. Em que pese a maioria das famílias que possuem ao menos um membro empregado serem compostas por casais com filhos e parentes, na maioria dessas famílias quem trabalha é o homem.

Também foi observado que a inserção de jovens no mercado de trabalho é baixa e que a partir dos 39 anos há uma redução gradativa do percentual de pessoas empregadas. Conseqüentemente, percebe-se que idade e gênero são atributos importantes que geram efeitos complexos nas políticas de geração de emprego e de benefícios assistenciais.

Quanto à raça, a variação das proporções, em que pese não seja tão acentuada, confirma a exclusão social de pardos e maior inserção de brancos no mercado de trabalho. A exceção foram as pessoas que se declaram pretas, onde o percentual de pessoas empregadas é maior.

Também foram percebidas diferenças quanto à escolaridade, onde o nível médio é mais presente nas pessoas que possuem emprego. A análise dos dados dos dois grupos mostrou que o número de pessoas com nível superior é baixo, enquanto há uma quantidade significativa de pessoas que só possuem o nível fundamental.

No âmbito da análise da renda e tamanho das famílias, a pesquisa revelou uma possível confirmação de um incentivo negativo apontado pela literatura, causado pelas regras e limites de renda *per capita* para elegibilidade ao PAB. Tendo em vista que o cálculo é feito com base no número de membros da família, a renda familiar será maior em famílias pequenas. Nesse sentido, observou-se a proporção de famílias com emprego que possuem um ou dois integrantes é pequena, menor do que 15%.

Na sequência, os dados de localização das famílias apontam que há regiões geográficas com maior vulnerabilidade. Apesar de as regiões com o maior número de famílias serem Nordeste e Sudeste, os dados sugerem que há maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho na região Nordeste, e maior facilidade na região Centro-Sul do país.

Finalmente, é importante salientar que esta pesquisa se limitou a realizar uma exploração descritiva das principais variáveis do Cadastro Único. Os dados observados apontam no sentido de diversas conclusões indicadas pela literatura, mas a compreensão adequada das relações de causalidade deve ser mais bem investigada com outros métodos quantitativos ou econométricos.

Assim, a limitação se traduz em recomendações de trabalhos futuros. A aplicação de técnicas de *machine learning*, por exemplo, pode revelar qual das características estudadas é mais determinante para aumentar a probabilidade de inserção no mercado de trabalho, ou ainda prever com o uso de algoritmos qual o perfil mais vulnerável para a inclusão laboral.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Manual do Sistema de Cadastro Único**. Disponível em: [https://www.caixa.gov.br/Downloads/cidades-cadastramento-unico-manuais/Manual\\_Cadastro\\_Unico.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/cidades-cadastramento-unico-manuais/Manual_Cadastro_Unico.pdf). Acesso em 04 ago. 2022a.

\_\_\_\_\_. Lei nº 14284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 246, p. 1-5, 30 dez. 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm). Acesso em 01 ago. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania. **Auxílio Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>. Acesso em: 04 ago. 2022b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **CECAD 2.0**. Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br>. Acesso em: 04 ago. 2022c.

CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M. da; SAMPAIO, R. M. B. Impactos do programa Bolsa Família na renda e na oferta de trabalho das famílias pobres: Uma abordagem usando o efeito quantílico de tratamento. **Economia Aplicada**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 173-201, 2016. DOI: 10.11606/1413-8050/ea130092. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/117010>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CNN BRASIL. **Auxílio Brasil x Bolsa Família: as diferenças entre os dois programas**. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/auxilio-brasil-x-bolsa-familia-quais-as-diferencas-entre-os-dois-projetos/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

CORREA JUNIOR, C. B.; TREVISAN, L. N.; MELLO, C.H.P. Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**. V.3, n. 5, p. 838-858, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180026>. Acesso em: 04 ago. 2022

CORREIA, L. C. F. **Efeitos do Programa Bolsa Família sobre o mercado de trabalho de jovens e adultos**. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

DE SOUZA, T. A. A.; COUTO, A. C. L. Programa Bolsa Família: características e perfil da pobreza entre os beneficiários nos estados do Paraná e Bahia. **Informe Gepec**, v. 19, n. 2, p. 41-56, 2015.

FIGUEIREDO, E. A. Programa Auxílio Brasil: ampliação da cobertura, reajuste do valor do benefício e as suas interações com o mercado de trabalho formal. **Nota da Presidência**, nº 10. Brasília: IPEA, 2022.

GERMINE, J. A. L.; PERES, R. G. Transferência de renda condicionada e o trabalho do cuidado: uma análise do programa bolsa família em 2019. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 38, p. 1-21, 13 dez. 2021. Associação Brasileira de Estudos

Populacionais. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20947/s0102-3098a0176>. Acesso em: 04 ago. 2022.

KERN, A. P.; VIEIRA, M. T.; FREGUGLIA, R. S. **Impacto do Programa Bolsa Família na oferta de trabalho dos beneficiários**. In: 46° Encontro Nacional de Economia, 2018, Rio de Janeiro. Anais do 46° Encontro Nacional de Economia, 2018.

MARINHO, E.; LINHARES, F.; CAMPELO, G. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?. **Revista Brasileira de Economia**, v. 65, n. 3, p. 267-288, 2011.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos - Cebrap**, [S.L.], n. 79, p. 5-21, nov. 2007. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002007000300001>. Acesso em: 04 ago. 2022.

MELLO, L. M. M. J. O Bolsa Família e seus impactos sobre a inserção laboral de beneficiários no município de São Luís. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 137, p. 113-134, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.204>. Acesso em: 04 ago. 2022

MONTALI, L.; TAVARES, M. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 211-231, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-30982008000200002>. Acesso em: 04 ago. 2022

NUNES, J. A.; MARIANO, J. L. Efeitos dos programas de transferência de renda sobre a oferta de trabalho não agrícola na área rural da região Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 71-90, 2015.

OLIVEIRA, L.F.B; SOARES S.S.D. O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho. **Texto para Discussão**, nº 1.738. Brasília: IPEA, 2012.

OSORIO, R. G. et al. Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009. Texto para discussão, 2011. **Texto para Discussão**, nº 1.647. Brasília: IPEA, 2011.

PAGOTTO, D. P. et al. Conhecendo a maioria: o perfil sociodemográfico dos brasileiros que empreendem em condições de pobreza. In: ANAIS DO XI EGEPE - ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 2020, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2020. Disponível em: <<https://proceedings.science/egepe-2020/papers/conhecendo-a-maioria--o-perfil-sociodemografico-dos-brasileiros-que-empresendem-em-condicoes-de-pobreza>> Acesso em: 31 mai. 2022.

PRÓSPERI, L. O. **O Programa Bolsa Família, o “efeito preguiça” e o mercado de trabalho**. 2015. 93 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Gestão Pública e Sociedade, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2015.

ROSSI, C. **Os impactos dos programas condicionais de transferência de renda na oferta de trabalho dos jovens nem-nem**. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2017. Disponível em: doi:10.11606/D.11.2017.tde-15082017-182203. Acesso em: 20 jul. 2022.

SANTANA, L. K. A.; DOURADO, D. C. P. A criação dos Programas de Transferência de Renda e a Precarização do Trabalho no século XXI: A emancipação dos beneficiários do Programa Bolsa Família é possível? **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 3, p. 125-151, 2018.

SANTOS, D. B.; LEICHSENRING, A. R.; MENEZES FILHO, N.; MENDES-DA-SILVA, W. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a duração do emprego formal dos indivíduos de baixa renda. *Revista de Administração Pública*, [S.L.], v. 51, n. 5, p. 708-733, out. 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612171851>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SCHMIDT, A. F. **O Programa Bolsa Família e a acomodação de seus beneficiários na cidade de Joinville - SC: uma análise econômica dos (des)incentivos ao trabalho**. 2016. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

SILVA, A. T. **Transferência de renda e risco: o Programa Bolsa Família e a fuga do emprego**. 2017. 125 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017

SILVA, O. M. T. **Salário x transferência de renda: tensões no processo de reprodução social de usuários do Programa Bolsa Família (PBF) em Belém**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

SOARES, S.S.D. O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. **Texto para Discussão**, nº 769. Brasília: IPEA, 2000.

SORDI, D.; GONÇALVES NETO, W. A Educação nos Programas Sociais Brasileiros: pobreza e trabalho. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 46, n. 3, e106751, 2021. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-31432021000300607&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432021000300607&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 jul. 2022.

TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 613-635, dez. 2010.

TOMAZINI, C. Beyond consensus: ideas and advocacy coalitions around cash transfer programs in Brazil and Mexico. **Critical Policy Studies**, p. 23-42, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3H2r1MG>. Acesso em: 20 jul. 2022.

TUPY, I. S.; TOYOSHIMA, S. H. Impactos dos programas governamentais de transferência de renda sobre a economia do Vale do Jequitinhonha. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, p. 671-692, set. 2013.

VASCONCELOS, M. E. S. M. **Relações de trabalho e Programas de transferência de renda: um estudo sobre o trabalho dos beneficiários do Programa Bolsa Família em Caruaru/PE**. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.